



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15/2023/COSEP/CGFOP/DEAT/SUPERINTENDENTE/SUSEP

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de manutenção predial na sede e nos demais estabelecimentos da Susep no município do Rio de Janeiro/RJ, com fornecimento de insumos e mão de obra em dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Descrição	Unidade de medida	CATSER	Quantidade	Valor mensal estimado	Valor estimado global
1	Serviços continuados de manutenção predial na sede e nos demais estabelecimentos da Susep no município do Rio de Janeiro/RJ,	Serviço	1627	1	R\$ 66.026,00	R\$ 792.312,00

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia com fornecimento de mão de obra em dedicação exclusiva.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **12 (meses) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A SUSEP não possui mais em seu quadro funcional os cargos de pessoal de manutenção predial (eletricista, supervisor, ajudante, etc.), pois as disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal, prevê que a contratação da atividade correspondente será efetivada mediante a execução indireta.

2.2. A Instrução Normativa nº 05 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 26 de maio de 2017, disciplina, dentre outros assuntos (art. 7º, § 1º) a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados por categorias profissionais que não mais ingressarão na Administração Pública Federal, visto que, não haverá mais concurso público para o provimento de cargos correspondentes a estas categorias.

2.3. A principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a instrumentalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de maneira contínua, eficiente, segura e confiável. Para atingir esse objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e a eficiência de suas ações. Essa missão, muitas vezes, torna-se difícil de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso do serviço terceirizado de Manutenção Predial.

2.4. A não existência de tais postos na SUSEP pode, em determinadas situações, resultar na realocação de servidores de carreiras específicas para execução de atividades meio e de apoio operacional, causando prejuízo no desempenho de tarefas que constituem os objetivos, as funções e a missão da instituição.

2.5. Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade de contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de manutenção predial nos estabelecimentos da Susep no Rio de Janeiro/RJ.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRADADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Fornecimento de mão de obra, material e ferramental adequados à necessidade da contratação.

5.1.3. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.4. Em face da atual capacidade técnica e previsibilidade dos serviços, inexistem necessidades relevantes de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário declarará, em campo próprio do Sistema de Compras Governamentais, que tem pleno conhecimento, das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRADADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

6.2. Para a prestação do serviço deverão ser atendidos, no mínimo, os critérios e práticas de sustentabilidade descritos a seguir.

6.3. Todos os materiais a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme normas da ABNT.

6.4. Devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.5. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Usar quando cabível, produtos e materiais que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

6.6. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 e legislações posteriores.

6.7. Instruir seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.8. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.

6.9. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, ao licitante é facultado realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. A vistoria ocorrerá em dias úteis de 10:00hs às 17:00hs e deverá ser agendada através do e-mail fiscais.cosep@susep.gov.br

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema de Compras Governamentais, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços a contratar compreendem a manutenção preditiva, preventiva e corretiva nas instalações prediais do tipo civil, elétrica, cabeamento estruturado de dados e voz, hidrossanitária, mecânica e de prevenção e combate a incêndio e pânico.

8.2. No início, durante o primeiro mês de contrato, deverá ser realizada pela CONTRADADA, uma vistoria completa em todas as dependências contidas neste termo, com a consequente emissão de laudos técnicos e relatórios de todas as instalações (cívicas, elétricas, cabeamento estruturado de dados e voz, hidrossanitárias, mecânica e de combate a incêndio e pânico), assinados pelo responsável técnico da CONTRADADA, informando todos os problemas encontrados e as correções necessárias.

8.3. Os estabelecimentos da CONTRATANTE onde serão realizados os serviços possuem, dentre outras, as características abaixo:

8.3.1. Estabelecimento I - Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro, RJ.

8.3.1.1. 4 pavimentos (parte do subsolo, 9º, 10º, 13º pavimentos)

8.3.1.2. Área aproximada ocupada pela SUSEP de 4.551,67m²

8.3.2. Estabelecimento II - Avenida Franklin Roosevelt, 39, 2º e 3º, andares, Castelo, RJ.

8.3.2.1. 2(dois) pavimentos tipo

8.3.2.2. Área aproximada de 1.485,6m²

8.4. As características informadas acima e nos Anexos deste Termo de Referência são básicas e mínimas necessárias para a realização dos serviços em cada estabelecimento.

8.5. As informações acima e nos Anexos deste Termo de Referência não eximem a empresa licitante de averiguar outras características que julgue necessárias para o fiel cumprimento das obrigações deste Termo de Referência, inclusive por meio de vistoria/visita técnica "in loco", antes da elaboração de sua proposta de preços para execução do Serviço.

8.6. Poderá ser solicitado à CONTRADADA realizar os serviços previstos neste Termo de Referência nos demais pavimentos, desde que os funcionários sejam gerenciados pelo

supervisor, com o conhecimento do responsável técnico do contrato.

8.7. Os serviços e manutenções preditivas, preventivas e corretivas serão executadas em todas as instalações abrangidas pelos serviços a contratar, conforme especificado nos Anexos deste Termo de Referência.

8.8. As manutenções preditiva e preventiva serão executadas conforme o Plano de Manutenção Predial a ser elaborado pela CONTRATANTE.

8.9. As manutenções corretivas serão executadas quando verificada a necessidade pela CONTRADADA e/ou quando solicitada pela CONTRATANTE.

8.10. A CONTRADADA deverá disponibilizar seus funcionários, de acordo com o posto, para acompanhar empresas que porventura venham prestar serviços para a CONTRATANTE, podendo o devido acompanhamento ocorrer em final de semana ou feriado.

8.11. Havendo necessidade de acompanhamento em horários diferentes dos horários de serviço, a CONTRATANTE solicitará esse acompanhamento e o pagamento do mesmo será realizado conforme hora trabalhada, de acordo com o valor do quadro de hora extra / serviço de acompanhamento, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços.

8.11.1. Os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva que não possam ser realizados durante o horário de expediente deverão ser executados em dias/horários não coincidentes com o expediente da CONTRATANTE, com as despesas decorrentes, por conta da CONTRADADA.

8.11.2. O valor a ser pago por funcionário para a realização de hora extra corresponde ao salário mensal dividido por 220 (horas mensais) multiplicado pelas horas efetivamente trabalhadas e pelos fatores de acréscimo constantes da Convenção Coletiva de Trabalho ou da legislação trabalhista, acrescido dos dois modais de vale transporte e do vale alimentação diário para o serviço de acompanhamento nos finais de semana.

8.12. Para a execução dos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva propostos neste Termo, a CONTRADADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE a seguinte equipe de trabalho, que deverá permanecer lotada nas dependências da CONTRATANTE no Rio de Janeiro/RJ:

8.12.1. 1 (um) posto de Arquiteto com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro vigente no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e no CBMERJ (Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro). O trabalho do Arquiteto compreenderá as atribuições constantes da Resolução CAU/BR nº 21 de 5 de abril de 2012 e da Resolução CONFEA nº 325 de 27 de novembro de 1987 como também, atribuições específicas às necessidades da CONTRATANTE, dentre as quais: elaboração de projetos executivos; projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico; orçamentos e laudos técnicos prediais dos imóveis da CONTRATANTE; apoio técnico às contratações dos escritórios regionais da CONTRATANTE relacionadas a serviços de Arquitetura/Engenharia; apoio à fiscalização das obras e reformas nos imóveis da CONTRATANTE; habilitação de projetos junto à órgãos públicos; supervisão e apoio à fiscalização dos contratos técnicos relacionados à CONTRATANTE; controle de requisições de materiais ao almoxarifado de manutenção predial; solicitação de compras de materiais a cargo das CONTRADADA; coleta de preços de materiais junto a fornecedores; realizar a inspeção dos extintores da CONTRATANTE, das suas respectivas fichas NR-23 e do conjunto de plantas de localização destes extintores; verificar os procedimentos de segurança do trabalho como o correto uso de EPIs e; tratamento das comunicações quanto a defeitos e/ou pedidos de reparos nas instalações da CONTRATANTE.

8.12.2. 1 (um) posto de Supervisor de Manutenção Predial. Este profissional deverá possuir amplo conhecimento no planejamento e execução de serviços em instalações prediais do tipo elétrica, cabeamento estruturado de dados e voz, civil, hidrossanitária, mecânica e com carpintaria e montagem de divisórias e mobiliário de escritório. O trabalho do Supervisor de Manutenção Predial compreenderá as atribuições gerais inerentes ao cargo dentre as quais: planejar as atividades e controle dos processos para suas realizações; acompanhar e coordenar a execução de serviços diversos realizados nas dependências da CONTRATANTE; acionar a CONTRADADA quando houver a necessidade de serviços que já estejam programados e com sua periodicidade já descrita no plano de rotinas de manutenção geral, elétrica e cabeamento estruturado de dados e voz; comandar os demais empregados e supervisionar todos os serviços executados; quando necessário, atuar também de forma efetiva na execução dos serviços; acompanhar funcionários de outras empresas que venham a realizar serviços diversos nas dependências da CONTRATANTE e; seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

8.12.3. 03 (três) postos de Meio Oficiais de Manutenção. Este profissional deve possuir noções mínimas de manutenção elétrica, hidrossanitária e as demais necessárias para auxiliar o serviço dos profissionais supracitados e, em situações emergenciais, saber efetuar procedimentos básicos que evitem problemas graves nas dependências da CONTRATANTE. O trabalho do Meio Oficial de Manutenção compreenderá as atribuições gerais inerentes ao cargo dentre as quais: executar sob supervisão pequenos serviços de manutenção civil, elétrica, cabeamento estruturado de dados e voz, mecânica, hidrossanitária, carpintaria, soldagem e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; abrir diariamente, as portas das dependências da CONTRATANTE no estabelecimento situado à Avenida Presidente Vargas 730; realizar a montagem e desmontagem de divisórias e outros mobiliários; acompanhar serviços de outras empresas; transportar materiais, bens, mobiliários e volumes de documentos (processos) interna e externamente; efetuar consertos em mesas, cadeiras, armários, etc. e; seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

8.13. A jornada de trabalho da equipe residente será em horário diurno com 40 horas semanais, dentro do período de 06:00hs às 22:00hs, podendo, excepcionalmente, haver serviços noturnos ou nos finais de semana e feriados, conforme estimativa constante da Planilha de Custos.

8.13.1. Para o posto de Arquiteto, não haverá remuneração para trabalho em horário extraordinário, devendo a CONTRADADA promover os ajustes de compensação de jornada em casos de necessidades excepcionais de acordo com a legislação trabalhista.

8.14. Os horários regulares de trabalho serão em dias úteis de 08:00hs às 17:00hs.

8.15. A CONTRADADA deverá ainda:

8.15.1. Apresentar à CONTRATANTE o nome e a qualificação dos empregados - equipe residente - designados para a execução dos serviços contratados, os quais deverão ser, necessariamente, maiores de idade, apresentar bons antecedentes, reservando-se à CONTRATANTE o direito de impugnar aqueles que, a seu juízo, não preenchem as condições exigidas para os serviços.

8.15.2. Apresentar, antes do início do contrato, a lista completa dos empregados

colocados à disposição, devendo informar dados como Nome completo, CPF, Identidade e outros pertinentes e, sempre que houver modificação de empregados, repassar a lista atualizada à CONTRATANTE.

8.15.3. Alocar empregados devidamente instruídos e qualificados para a execução dos serviços com qualidade, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, com atenção especial às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

8.15.4. Alocar empregados uniformizados e com os devidos equipamentos de proteção individual – EPI's.

8.15.5. Garantir que seus empregados, residentes ou não, que estejam prestando serviço para a CONTRATANTE estejam identificados por crachás funcionais da CONTRADADA.

8.16. A execução dos serviços será iniciada em 1º de agosto de 2023, exceto para o posto de arquiteto/engenheiro de segurança do trabalho que iniciará em 12 de dezembro de 2023.

9. FERRAMENTAL, MATERIAL E SERVIÇOS ADICIONAIS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRADADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades, preços estimados e qualidades estabelecidas nos anexos ao presente Termo de Referência.

9.2. A CONTRADADA deverá disponibilizar para uso nas atividades deste termo, no mínimo, todo o ferramental listado na Planilha de Custos e Formação de Preços, sem nenhum tipo de ônus extra durante a execução contratual para a CONTRATANTE, em ótimo estado, de ótima qualidade e quantidades suficientes à boa execução dos serviços, inserindo o valor do custo necessário para disponibilizar estas ferramentas para a sua equipe.

9.3. O custo do ferramental poderá ser zero, caso a CONTRADADA já disponha do ferramental e não tenha necessidade de repasse desse custo à CONTRATANTE, sendo, neste caso, de total responsabilidade da empresa CONTRADADA a assunção desse custo.

9.4. A CONTRADADA deverá fornecer os materiais constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, e quaisquer outros necessários para realização dos serviços, conforme solicitações da CONTRATANTE, e incluir estes valores na fatura mensal do mês seguinte, na parte variável.

9.5. No preenchimento da proposta de preço, o valor a ser inserido pela CONTRADADA na Planilha de Preços de Materiais, deve ser o valor de mercado de cada item de material, podendo a CONTRATANTE, quando da análise das propostas, não aceitar propostas que contenham valores irrisórios, salvo comprovação de estoque da empresa.

9.6. Ao valor de cada item de material, ferramental ou serviço adicional, será acrescido o percentual de CITL (Custo Indireto, Tributos e Lucro) correspondente à média aritmética dos índices CITL dos diversos postos de trabalho da planilha de custos.

9.7. O custo de cada item do ferramental deverá ser amortizado durante a primeira vigência contratual, sendo retirados da planilha de custos e formação de preços, quando da prorrogação. Caso não haja a citada amortização, a Contratada deverá promover a substituição das ferramentas.

9.8. O somatório dos valores de materiais formará um valor total anual para os materiais de reposição que não poderá ser ultrapassado, salvo nos casos que as disposições legais vigentes permitirem.

9.9. Na cobrança dos materiais utilizados: o valor de cada item de material a ser efetivamente cobrado pela CONTRADADA, quando realmente utilizado na execução contratual, deverá ser o exato valor planilhado pela empresa.

9.10. Em caso de repactuações, a CONTRADADA poderá solicitar atualização dos valores dos materiais, para que se mantenha o equilíbrio econômico e para que os valores disponibilizados pela CONTRATANTE para estes gastos estejam compatíveis com os valores de mercado; elaborando, desta forma, nova Planilha de Preços com comprovação dos novos valores.

9.11. O índice a ser utilizado no reequilíbrio dos valores dos materiais, do ferramental e dos serviços adicionais será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), caso a empresa solicite o reequilíbrio. A data base para o cálculo do reequilíbrio será a de início da vigência do contrato.

9.12. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRADADA materiais que não estejam na Planilha de Composição de Materiais, desde que compatível e necessários a realização dos serviços de manutenção;

9.13. Caso a CONTRATANTE solicite à CONTRADADA, por necessidade de Serviço Extraordinário, materiais que não estejam na lista de materiais deste Termo, a CONTRADADA fica obrigada a comprovar os valores apresentados para esses materiais, devendo a CONTRATANTE confirmar, por meio de pesquisa de preços, se os valores apresentados pela CONTRADADA estão de acordo com os valores praticados no mercado;

9.14. Para fins de pesquisa de preços para aquisição de materiais, a CONTRADADA fica obrigada a aceitar as pesquisas de preços realizadas pela CONTRATANTE;

9.15. Para todo fornecimento de materiais que não estão na Planilha de Preços, a CONTRADADA deverá comprovar que o valor apresentado para cada item de material está compatível com o valor do item no mercado por meio de pesquisa de preços e encaminhar obrigatoriamente à CONTRATANTE, antes de adquirir os materiais.

9.16. Somente depois de aprovação da CONTRATANTE a CONTRADADA estará autorizada a adquirir os materiais necessários à realização dos serviços.

9.17. Em casos emergenciais, atestados pelos responsáveis pelo contrato por parte da CONTRATANTE, os materiais poderão ser adquiridos com uma pesquisa de preços simplificada; desde que a emergencialidade esteja devidamente justificada.

9.18. Os materiais solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues à CONTRADADA dentro do prazo necessário para a realização dos serviços, não podendo esse prazo ser superior a 5 dias úteis;

9.19. Havendo justificativa da CONTRADADA aceita pela CONTRATANTE, o prazo acima poderá ser alterado, desde que não prejudique a realização dos serviços.

9.20. A CONTRATANTE se reserva o direito de adquirir os materiais de reposição necessários, junto a outros fornecedores, sem ônus para a CONTRADADA, sempre que julgar conveniente, independente de constarem da relação de fornecimento a cargo da CONTRADADA;

9.21. A CONTRADADA deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para

a execução dos serviços. A FISCALIZAÇÃO da CONTRADADA não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

9.22. As quantidades de materiais constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços foram estimadas e poderão sofrer alterações, para mais e para menos, desde que não ultrapasse o valor anual contratado para despesa com material;

9.23. Os materiais listados na Planilha de Custos e Formação de Preços poderão ser substituídos por outros, preservada a qualidade, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, desde que não ultrapasse o valor anual estimado pela CONTRADADA para despesa com material;

9.24. A cada pagamento mensal, o valor variável referente ao mês anterior será ajustado para cobrança do valor efetivamente gasto com material, conforme valor estabelecido na Planilha de Preços de Materiais;

9.25. A CONTRADADA deverá fornecer por empréstimo, para a CONTRATANTE, outras ferramentas não constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, se forem necessárias à realização dos serviços e caso não as tenha para emprestar, forneça as mesmas à CONTRATANTE seguindo procedimentos semelhantes aos demonstrados nos itens 9.13. a 9.17.

9.26. A CONTRADADA deverá fornecer instrumentos, ferramentas e todos os equipamentos necessários, inclusive os de segurança, adequados e suficientes à boa execução dos serviços, reparando-os ou substituindo-os quando necessário;

9.27. Até o dia 20 de cada mês o supervisor da CONTRADADA deverá realizar inventário do ferramental fornecido, devendo este inventário ser encaminhado junto com as faturas mensais.

9.28. A CONTRADADA deverá responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos seus instrumentos, ferramentas e equipamentos até o término do contrato.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda da CONTRATANTE para o fornecimento de postos de trabalho tem como base as seguintes características:

Descrição	Convenção Coletiva Aplicável	Categoria Salarial	Piso Salarial Obrigatório
1(um) posto de arquiteto / engenheiro de segurança do trabalho	RJ002482/2022	ARQUITETO / ENGENHEIRO	R\$ 11.880,00 Lei 4.950-A/66 (nove salários mínimos)
1 (um) posto de supervisor de manutenção predial	RJ001018/2022	ENCARREGADO GERAL / SUPERVISOR	R\$ 3.583,24 + 30% (periculosidade)
3 (três) postos de meio oficiais de manutenção		MEIO OFICIAL	R\$ 1.567,57+ 30% (periculosidade)

10.2. O piso salarial do arquiteto é fixado pela Lei 4.950-A de 22 de abril de 1966 em 9 (nove) salários mínimos. O valor do vale alimentação será o fixado na Convenção Coletiva de Trabalho registrada RJ002482/2022, ou a que vier substituí-la.

10.3. As licitantes deverão utilizar as convenções coletivas acima apontadas no preenchimento da planilha de custos e composição de preços. Em caso de entrada em vigor de novas convenções coletivas, a licitante vencedora terá direito à repactuação na data de início dos serviços conforme estabelecido neste Termo de Referência.

10.4. O valor anual estimado da contratação é de R\$ 792.312,00

10.5. As empresas que participarem da licitação deverão encaminhar a Planilha de Custos e Formação de Preços em formato “.xlsx” conforme arquivo encaminhado nos anexos do edital do pregão eletrônico, respeitando-se os valores estimados constantes da citada Planilha.

10.6. O posto de arquiteto/engenheiro de segurança do trabalho será ocupado somente a partir de 12 de dezembro de 2023, data de encerramento do atual contrato de supervisão de manutenção predial.

11. UNIFORMES, EPI E TREINAMENTOS

11.1. Uniformes

11.1.1. A CONTRADADA deverá fornecer para cada empregado, após aprovados pela CONTRATANTE, os uniformes discriminados e quantificados na tabela abaixo, todos de boa qualidade, apropriados à execução dos serviços, compatíveis às condições dos locais de trabalho, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano e sem qualquer repasse do custo para os funcionários.

UNIFORMES				
ITEM	FUNÇÃO			TOTAL
	Arquiteto	Supervisor de manutenção predial	Meio oficial de manutenção	
Camisa polo em malha de algodão e poliéster, com um bolso, fechamento da gola por botões, mangas curtas, em tonalidade clara, com emblema da empresa.	3	0	0	3
Camisa polo em malha de algodão e poliéster, com um bolso, fechamento da gola por botões, mangas curtas, em tonalidade escura, com emblema da empresa.	0	3	3 (3x)	12
Calça Jeans, com dois bolsos à frente e dois bolsos à trás, fechamento da braguilha por botão e zíper, tonalidade escura, com emblema da empresa.	2	2	2 (3x)	10
Jaqueta para frio em malha de algodão e poliéster, fechamento frontal por zíper da bainha à gola, mangas longas, punhos em elastano, em tonalidade escura, com emblema da empresa.	1	1	1 (3x)	5
Meia esportiva de algodão e elastano, cano longo, em tonalidade escura.	2	2	2 (3x)	10

11.1.2. Para início da prestação dos serviços, a CONTRADADA deverá fornecer a todos os seus funcionários pelo menos um conjunto de todas as peças que compõem o uniforme e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, deverá fornecer aos seus funcionários, o restante das peças previsto anteriormente;

11.1.3. Deverão ser fornecidos novos uniformes a cada 6 (seis) meses, sempre atendendo aos modelos e padrões de cor e tecido previamente aprovados pela CONTRATANTE;

11.1.4. Qualquer peça de uniforme deverá ser substituída, a critério da CONTRATANTE, sempre que estiver desgastada ou inadequada ao uso em até 5 (cinco) dias corridos após comunicação escrita da CONTRATANTE;

11.1.5. Em caso de funcionária gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.1.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao Fiscal do contrato.

11.2. EPI

11.2.1. A CONTRADADA deverá fornecer, aos seus empregados, no mínimo, os EPI'S discriminados na tabela abaixo, sempre de ótima qualidade e em conformidade com as determinações da Norma Regulamentadora 06 do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial à validade de seus Certificados de Aprovação:

EPI'S				
ITEM	FUNÇÃO			TOTAL
	Arquiteto	Supervisor de manutenção predial	Meio oficial de manutenção	
Avental em PVC forrado 1,20 x 0,60m amarelo modelo para trabalhos em área úmidas ou sob intempéries.	0	1	1 (3x)	4
Avental em raspa de couro para soldador com mangas 1,20 x 0,60m.	0	1	1 (3x)	4
Sapato de segurança em nobuck marron, bidensidade e biqueira termoplástica.	1	0	0	1
Botina de couro preta, com elástico, bidensidade, biqueira termoplástica.	0	1	1 (3x)	4
Capacete de segurança classe B tipo II aba frontal c/ catraca e jugular branco.	1	1	1 (3x)	5
Cinturão de segurança tipo paraquedista com um ponto de ancoragem modelo AT7010 com talabarte simples com gancho de 55mm.	0	1	1 (3x)	4
Luva de Látex tamanho 9(G) modelo Silver Látex Azul.	1	1	1 (3x)	5
Luva de raspa de couro com punho de 20cm tamanho 9(G).	0	1	1 (3x)	4
Luva de segurança tricotada em nylon, Revestimento em poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos, punho com elastano tamanho 9(G).	1	1	1 (3x)	5
Luva isolante Tipo II Classe 00 2,5KV tamanho 9(G).	0	1	1 (3x)	4
Luva nitrílica cano longo 46cm tamanho 9(G).	0	1	1 (3x)	4
Máscara de solda visor articulado com catraca.	0	1	0	1
Óculos de Segurança transparente com tratamento antirrisco e antiembaçante.	1	1	1 (3x)	5
Protetor auricular atenuação de 18dB.	1	1	1 (3x)	5
Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas PFF2.	1	1	1 (3x)	5

11.2.2. Qualquer um dos EPI deverá ser substituído, a critério da CONTRATANTE, sempre que este estiver desgastado, inadequado ao uso ou, apresentar qualidade inferior à esperada.

11.3. Treinamentos

11.3.1. A CONTRADADA deverá, às suas expensas, alocar no contrato, funcionários capacitados em conformidade com as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, e qualificação técnica nos seguintes temas:

TREINAMENTOS			
ITEM	FUNÇÃO		TOTAL
	Supervisor de manutenção predial	Meio oficial de manutenção	
NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (Básico).	1	1 (3x)	4
NR33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados (Trabalhador Autorizado/Vigia).	0	1 (3x)	3
NR33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados (Supervisor de Entrada).	1	0	1
NR35 - Trabalho em Altura.	1	1 (3x)	4
Instalações Elétricas Prediais	1	1 (3x)	4
Comandos Elétricos (Força e Controle)	1	0	1

11.3.2. A CONTRADADA deverá fornecer cópias dos certificados de capacitação dos funcionários no início do contrato e após a realização das reciclagens definidas nas Normas Trabalhistas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRADADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

12.3. Notificar a CONTRADADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Pagar à CONTRADADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRADADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRADADA, tais como:

12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRADADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRADADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.6.4. considerar os trabalhadores da CONTRADADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRADADA;

12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRADADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRADADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRADADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRADADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRADADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Municipal e/ou Estadual do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-

los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRADADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.23. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRADADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRADADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.30. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRADADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.33.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.33.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.33.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.34. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.35.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRADADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRADADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A CONTRADADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRADADA designará outro para o exercício da atividade.

16.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRADADA serão realizadas por escrito, através de e-mail.

16.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. A CONTRADADA não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

16.6. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, no início da prestação do serviço, carta de indicação do preposto, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do ANEXO VII, no início da prestação do serviço, informando os seguintes dados: nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato, para que sejam realizados os procedimentos de registro do prestador de serviços no Sistema Comprasnet Contratos.

16.7. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários, responsáveis pela prestação dos serviços junto à Susep, para o desempenho de tal função.

16.8. Sempre que houver, por qualquer motivo, mudança de preposto, a CONTRATADA fica obrigada a informar à CONTRATANTE, observadas as mesmas formalidades exigidas quando da primeira apresentação do preposto.

16.9. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.10. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.10.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRADADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.10.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.10.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRADADA;

16.10.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRADADA que prestarão os serviços; e

16.10.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRADADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.10.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.10.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.10.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.10.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.10.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.10.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.10.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

16.10.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

16.10.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.10.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.10.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.10.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.10.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.10.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.10.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.10.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.11. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRADADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

16.11.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

16.11.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

16.11.3. Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRADADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

16.12. No caso de cooperativas:

16.12.1. recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

16.12.2. recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

16.12.3. comprovante de distribuição de sobras e produção;

16.12.4. comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (FATES);

16.12.5. comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

16.12.6. comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

16.12.7. eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

16.13. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.14. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRADADA, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.

16.15. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.16. Em caso de início de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.17. Em caso de início de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.

16.18. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRADADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.19. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRADADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.20. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRADADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.20.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRADADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRADADA que tenham participado da execução dos serviços

objeto do contrato.

16.20.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.20.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRADADA.

16.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRADADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.22. A CONTRADADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.22.1. A inadimplência da CONTRADADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.23. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.24. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRADADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.25. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRADADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.26. A CONTRADADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.27. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRADADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.28. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.29. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRADADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.31. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.32.1. Solicitação e conferência mensal, no mínimo, dos seguintes documentos:

a) folha de Ponto dos funcionários do contrato do mês da prestação do serviço a que se refere a nota;

b) folha de pagamento de todos os funcionários vinculados à execução contratual do mês que se refere a prestação do serviço;

c) comprovante de pagamento dos salários, do mês que se refere a prestação do serviço (a demonstração do pagamento de salário deverá ser realizada através de comprovante de depósito na conta bancária dos funcionários), observando a data máxima para quitação, conforme legislação vigente;

d) comprovante de pagamento dos vales alimentação e vales transporte do mês subsequente a que se refere a prestação do serviço, devendo a CONTRADADA fixar, no início da vigência do contrato, data para realização do pagamento, desde que o empregado receba antecipadamente;

e) comprovantes de pagamento de outros benefícios previstos na convenção coletiva adotada referente ao mês da nota fiscal ou fatura vencida, se houver;

f) protocolo de Envio de Arquivos da Conectividade Social do mês da prestação do serviço a que se refere a nota ou fatura vencida;

g) comprovante do GFIP e SEFIP, referentes aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, do mês da prestação do serviço a que se refere a nota ou fatura vencida. Deverão ser enviados, no mínimo, os seguintes relatórios:

g.1. relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP em relação ao tomador/obra;

g.2. resumo das Informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP Tomador de Serviços/Obra;

g.3. comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS Empresa;

g.4. relação de Tomador/Obra - RET;

g.5. relatório Analítico da GRF;

g.6. relatório Analítico de GPS.

h) Comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (guia e comprovante de pagamento), do mês da prestação do serviço a que se refere a nota ou fatura vencida; e

i) Comprovante do recolhimento do FGTS (guia e comprovante de pagamento), do mês da prestação do serviço a que se refere a nota ou fatura vencida.

16.33. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRADADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de

conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.34. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRADADA não efetuou corretamente as suas obrigações.

17.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, previsto neste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRADADA:

- a) deixar de cumprir as obrigações trabalhistas mensais;
- b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRADADAS ou;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.3. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, a seguir descrito:

INDICADOR - 1	
01 - Cumprimento de obrigações trabalhistas mensais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento pontual das 5(cinco) principais obrigações trabalhistas mensais do Termo de Referência: salário base, vale transporte, auxílio alimentação, depósito do FGTS e contribuição previdenciária do trabalhador.
Meta a Cumprir	100% das obrigações trabalhistas cumpridas dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e na legislação em vigor.
Instrumento de Medição	Relatório Mensal de Medição
Forma de Acompanhamento	Faturas Mensais da Empresa
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade total de compromissos: 5 funcionários X 5 obrigações principais = 25 compromissos.
	Índice de compromissos quitados: $X = 25 / Y$
	Onde Y = quantidade de compromissos pontualmente quitados pela CONTRADADA
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	X de 1,0 a 1,5 = 100%; X de 1,6 a 1,9 = 95%; X acima de 2,0 = Multa
Sanções	Para cada mês com resultado acima de 1,6, multa de até 15% do valor mensal do contrato.

INDICADOR - 2	
02 - Cumprimento dos resultados	
Item	Descrição
Finalidade	Executar todas as tarefas solicitadas com materiais de qualidade.
Meta a Cumprir	Cumprir dentro dos prazos acordados 100% das tarefas solicitadas com materiais de qualidade.
Instrumento de Medição	Relatório Mensal de Medição.
Forma de Acompanhamento	Vistorias em campo e ordens de serviço.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Índice de compromissos quitados (X): $X = Y / Z$
	Onde Y = Quantidade total de ordens de serviços solicitadas e; Z = Quantidade de ordens de serviços executadas no prazo.
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	X de 1,0 a 1,5 = 100%; X de 1,6 a 1,9 = 95%; X acima de 2,0 = Multa

Sanções	Para cada mês com resultado acima de 1,6, multa de até 15% do valor mensal do contrato.
---------	---

INDICADOR - 3	
03 - Recursos Humanos	
Item	Descrição
Finalidade	Fornecer mão de obra qualificada para a execução dos serviços.
Meta a Cumprir	Manter diariamente 100% de mão de obra qualificada nos postos de trabalho.
Instrumento de Medição	Relatório Mensal de Medição.
Forma de Acompanhamento	Vistoria em campo e folhas de presença.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Índice de compromissos quitados = X
	Onde X = Ocorrência diária com posto de trabalho vago e sem cobertura.
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	X de 1 a 3 ocorrências = 100%; X de 4 a 6 = 95%; X acima de 6 = Multa
Sanções	Para cada mês com resultado acima de 4 multa de até 15% do valor mensal do contrato.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

18.1.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRADADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

18.3.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRADADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.3.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.4. A CONTRADADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.6. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRADADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.8.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRADADA, por escrito, as respectivas correções;

18.8.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.8.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), salvo quando não houver nenhuma obrigação descumprida.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRADADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRADADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.4.1. o prazo de validade;

19.4.2. a data da emissão;

19.4.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

19.4.4. o período de prestação dos serviços;

19.4.5. o valor a pagar; e

19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRADADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

19.6. Antes de cada pagamento à CONTRADADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRADADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRADADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRADADA a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRADADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRADADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRADADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------------	--

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura CONTRADADA deve autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A CONTRADADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRADADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A CONTRATANTE provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRADADA, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa CONTRADADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRADADA, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.7. As repactuações a que a CONTRADADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

21.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRADADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRADADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRADADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

21.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRADADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRADADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRADADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRADADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

21.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. A CONTRADADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRADADA; e

22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRADADA, quando couber.

22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRADADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRADADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRADADA.

22.12. A CONTRADADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia,

na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

22.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRADADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRADADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRADADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

23.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

23.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRADADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRADADA	01

23.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRADADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.8.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Cópia atualizada do registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou ao CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

24.3.2. Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de manutenção predial com cessão de mão de obra em dedicação exclusiva contendo no mínimo 1(um) arquiteto ou engenheiro civil, 1(um) supervisor de manutenção e 3(três) meio oficiais ou ajudantes por período não inferior a 3 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

24.3.2.1. Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (CAU) conforme o caso.

24.3.2.2. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia

ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.2.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.3. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

24.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

24.3.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global: **R\$ 792.312,00** para o prazo total de 12 (doze) meses.

24.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

24.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será **R\$ 542.366,24**, conforme demonstrado abaixo:

Tipo de Serviço	Valor Mensal
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NA SEDE E NOS DEMAIS ESTABELECIMENTOS DA SUSEP NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ	R\$ 66.026,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO DOS SERVIÇOS (MENSAL X 12 MESES)	R\$ 792.312,00

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 17203/173039;

Fonte de Recursos: 1050000294;

Programa de Trabalho: 04122003220000001;

Elemento de Despesa: 171912;

Plano Interno: SUSEPAD2000;

Anexos:

I – ESCOPO DE SERVIÇOS

Arquivo “xls.”: Escopo de Serviços

II – EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO

Arquivo “xls.”: Equip de Combate a Incêndio

III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Arquivo “xls.”: Custos - Manutenção Predial RJ

IV - ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS

V - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

VI - DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

VII - CARTA DE PREPOSTO



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1672300** e o código CRC **2FE7FB06**.

Referência: Processo nº 15414.609583/2023-49

SEI nº 1672300